



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA**

RÔMULO GOUVEIA BONFIM

**RÁDIO PATRULHA: UM POLICIAMENTO MARGINALIZADO
CAMPINA GRANDE-PARAÍBA (1990-2014)**

CAMPINA GRANDE, PB

2015

RÔMULO GOUVEIA BONFIM

**RÁDIO PATRULHA: UM POLICIAMENTO MARGINALIZADO
CAMPINA GRANDE-PARAÍBA (1990-2014)**

Trabalho de Conclusão de Curso sob a forma de artigo acadêmico apresentado ao Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba como exigência final para a obtenção do título de licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. José Adilson Filho

CAMPINA GRANDE-PB
DEZEMBRO DE 2015

B713r Bonfim, Rômulo Gouveia
Rádio Patrulha [manuscrito] : um policiamento marginalizado
Campina Grande-PB (1992-2014) / Romulo Gouveia Bonfim. -
2015.

34 p. : il.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2015.

"Orientação: Prof. Dr. José Adilson Filho, Departamento de
História".

1. Polícia Militar - Aspectos Sociais 2. Rádio Patrulha -
Modalidade de Policiamento 3. Interação Social I. Título.

21. ed. CDD 306

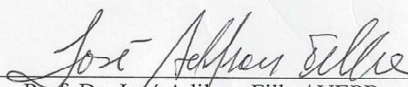
RÔMULO GOUVEIA BONFIM

RÁDIO PATRULHA: UM POLICIAMENTO MARGINALIZADO (1990-2014)

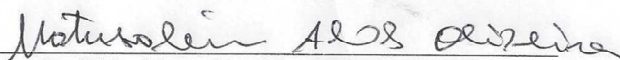
Trabalho de conclusão de Curso apresentado à banca examinadora de Universidade Estadual da Paraíba, como exigência final para obtenção do título de graduado em Licenciatura Plena em História.

Orientador: José Adilson Filho

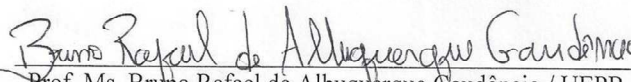
Aprovada em 03/12/2015.



Prof. Dr. José Adilson Filho / UEPB
Orientador



Prof. Ms. Matusalém Alves Oliveira / UEPB
Examinador



Prof. Ms. Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio / UEPB
Examinador

*A meu pai, Mauro Gouveia, que vive
Intensamente sem esperar pelo amanhã.
Dedico (in memoriam).*

AGRADECIMENTOS

Ninguém alcança nenhuma vitória sozinho. E, mesmo que alcançasse, não teria o mesmo gosto. Venho aqui agradecer às pessoas que me ajudaram de alguma forma na elaboração deste trabalho.

Tenho a enorme satisfação de agradecer à minha filha, Hana Hávila, por ter me ajudado ouvindo minhas ponderações sobre a pesquisa, com sua agradabilíssima companhia. Além de ajudar, substituiu-me nas limitações de digitação.

Agradeço ao meu amigo de trabalho, o soldado Yury Soares, pelas contribuições que me deu indicando algum material pertinente à pesquisa, como também compartilhando as ideias, inquietações e teorizando sobre o ofício que nos é em comum, ser membro da Rádio Patrulha.

Sou muito grato a meu orientador, que me fez acreditar que existem extraterrestres, pois ele mesmo é um alienígena, não é deste mundo. Tive muita sorte em tê-lo como meu orientador.

E, por último, agradeço à pessoa que, a cada ano, a cada dia, fica mais linda, a senhora minha mãe, Maria das Neves, que mesmo não entendendo muito bem o que é esse mundo acadêmico, desejou muito que eu chegasse até aqui, só porque ela entende que é importante pra mim.

LISTA DE SIGLAS

BOPE	Batalhão de Operações Especiais
GATE	Grupo de Ações Táticas Especiais
PM	Polícia Militar, ou policial militar
PMPB	Polícia Militar do Estado da Paraíba
PO	Policimento Ostensivo
ROTAM	Rondas Ostensivas Táticas Motorizadas
RP	Rádio Patrulha

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01	Policiais do GATE (Grupo de Ações Táticas Especiais), uma das operações especiais da Polícia Militar	28
FIGURA 01	Inscrição anônima feita nas dependências do 2º Batalhão da Rádio Patrulha em Campina Grande-PB, provavelmente por um de seus membros	30

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. A RÁDIO PATRULHA SE DEFINE PELO QUE ELA FAZ	12
1.1 A Rádio Patrulha e a armadura do estigma	12
1.2 Simbiose e desclassificação	14
2. A RÁDIO PATRULHA EM CONTATO COM A POLÍCIA CIVIL: UMA ANTISSIMBIOSE	18
3. A CULTURA DA FORÇA QUE SEPARA O FORTE DO FRACO: RITUAL DE INTERAÇÃO	22
3.1 A cultura do etosguerreiro	25
3.2 Etos guerreiro e policiamento operacional	26
3.2.1 A farda	26
3.2.2 A arma	27
4. DISCURSOS DE NEGATIVIZAÇÃO: A ANTÍTESE DE NARCISO ...	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS	33

RÁDIO PATRULHA: UM POLICIAMENTO MARGINALIZADO CAMPINA GRANDE-PARAÍBA (1990-2014)

Rômulo Gouveia Bonfim

RESUMO

A Polícia Militar de todo o Brasil reporta a imagem da repressão. Viaturas na rua exibem a mobilidade do braço armado do Estado. Sua aparência, vista de certa distância, não passa de uma textura de um componente social massificado por uma ideia hegemônica do que seja a Polícia Militar, um todo armado e bem treinado. Porém, na aproximação do objeto, percebemos o quanto a ideia de hegemonia se desfaz. Este trabalho tem como objetivo analisar a Rádio Patrulha do Segundo Batalhão de Polícia Militar (2º BPM-PB) como modalidade de policiamento marcada pela mudança de status, deslocando sua representatividade de uma concepção forte e positiva, do ponto de vista do policiamento repressivo e atuante, para uma concepção diminuída, negativamente por discursos internos originados na própria corporação. Nosso trabalho procura entender quais dispositivos contribuíram para tal processo de mudança, ao abordar o que se encontra por fora e por dentro dos muros dos quartéis como fatores condicionantes que afetaram o brio da Rádio Patrulha. Para tanto, ouvimos alguns militares que fizeram e outros que fazem parte do quadro da Rádio Patrulha, na intenção de perceber vestígios que nos levam à certificação de nossas hipóteses. Como principais suportes teóricos, utilizamos os sociólogos Erving Goffman e Norbert Elias, que nos dão base na fundamentação da pesquisa.

Palavras chave: Polícia Militar. Rádio Patrulha. Interação.

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de inquietações que senti e sinto por fazer parte de uma instituição cujo alicerce repousa em ideias autoritárias. Ingressei na corporação da Polícia Militar do Estado da Paraíba (PMPB) em 1992 e, já no curso de formação, eram latentes minhas indagações sobre os métodos utilizados na profissionalização do indivíduo. Embora eu não tivesse conhecimento teórico sobre os poderes que determinavam um recorte preciso no enquadramento do sujeito às normas da instituição, sentia o desconforto na consciência de perceber a intenção de implantar valores cívicos e militares em detrimento de outros aos quais eu havia me adequado ao longo da vida.

O quartel, naquela época, ecoava ainda com muita intensidade o que era mais efetivamente no passado. Conforme assevera Erving Goffman (1999), Instituições Totais

são locais de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situações semelhantes, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada. Esta era uma estratégia de isolar o indivíduo do mundo externo para destituí-lo de verdades antigas e, a partir desse despojamento, nele inscrever uma nova identidade, voltada para os valores da instituição, pautados na disciplina e na honra.

Era difícil naturalizar procedimentos que explicitamente objetivavam criar uma identidade de diferenciação e separação da identidade civil, numa ilusão de nos fazer acreditar que o militar era superior a tudo. Por isso, ele tinha de suportar as humilhações que lhes afligiam, sob a argumentação da preservação da disciplina. Fato interessante é que, mesmo não concordando com os métodos utilizados na formação do soldado, era, por vezes, acometido pelo adestramento, reproduzindo posturas rígidas tipicamente militares, refletidas no corpo e na linguagem.

O que eu ainda não sabia era o quão sutil é o poder na obtenção de seus desígnios. O poder enseja dominar todo um sujeito, atingindo sua mente e corpo, nivelando os relevos até alcançar o final do projeto: tornar os corpos dóceis. Afinal, “Não é a primeira vez, certamente, que o corpo é objeto de investimentos tão imperiosos e urgentes; em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações”(FOUCAULT, 1997, p.132).

A ordem unida é exemplo de um exercício que remonta à metáfora da docilização do corpo. Ela se realiza com movimentos sincronizados por um pelotão sob as ordens de comando. “Sentido, descansar, meia volta-volver, ordinário marche”, sintetizam um projeto de poder que vai além de movimentos corporais. A ideia é capturar a inteligibilidade do sujeito, otimizando sua potência em favor da normatividade social.

Os primeiros anos na função de policial foram assimilados quase que destituídos de reflexões sociológicas. A priori, só sentia as coisas passarem sem muita significância. Minha preocupação era voltada para o bem estar, já que não tinha “vocação” para ser polícia. Após ter trabalhado em diversos serviços ostensivos e de guardas, fui remanejado para a Companhia de Destacamentos (Setor responsável pelas unidades de polícia distribuídas nas cidades circunvizinhas de pequeno porte) e lá atuei mais de dez anos. Minha experiência nestas cidades estava além de desenvolver atividades de polícia. Também me sentia pertencente à cidade onde trabalhava, em razão

de a escala de serviço proporcionar poucos dias de folga, equilibrando minha vida social em duas cidades ao mesmo tempo, fator que facilitava a impregnação do trabalho em minha vida pessoal.

Fui promovido a cabo em 2003 e a sargento em 2013, eventos que melhoraram minha condição de militar. Em 2004, eu já fazia parte do quadro do contingente da RP, na função de motorista. Percebi que, na Rádio Patrulha, os problemas na polícia são sentidos mais rápida e intensamente.

Foi a partir dos conhecimentos teóricos adquiridos na universidade, os quais me deram suporte e visão crítica, que fui estimulado a pensar teoricamente sobre a minha profissão que, desde o início, atravessa-me como uma lâmina afiada cravada no meu corpo. Foi através do contato com noções de alteridade, identidade, sociedade, verdade, moral e certeza, no curso de História, que pude, enfim, entender em que enredo sociológico e eu estava inserido.

Desses aportes teóricos, o que mais me despertou o senso crítico foi a alteridade. Suas primeiras “lições” foram ministradas na disciplina de América, tendo como fonte principal a obra *A Conquista da América: a questão do outro*, de Tzvetan Todorov. Após, seguiram-se outros teóricos, que influenciaram minha visão de mundo e de sujeito, como historiadores, filósofos, sociólogos, antropólogos e psicanalistas. Dentre eles, Eric Hobsbawn, Marc Bloch, Roberto Da Matta, Sergio Buarque de Holanda, Nietzsche, Foucault, Stuart Hall, Jaques Lacan e Gilles Deleuze.

Eu não podia, a esta altura, ignorar os conhecimentos que me alimentavam frente a uma gama de indagações que efervesciam sob o olhar inquieto em torno daquilo que me afligia, a saber: o lugar de atuação da Rádio Patrulha. Os percursos seguidos por esse policiamento são fascinantes, pois seus rastros são indícios de vidas entrelaçadas entre instituição, sociedade, indivíduo e a si próprio.

1. A RÁDIO PATRULHA SE DEFINE PELO QUE ELA FAZ

De maneira inconsciente, é comum reportarmos categorias profissionais a outras categorias, que podem ser de funções, condições ou lugares derivados do primeiro enunciado como referente: professor a alunos e escola; paciente a médico e hospital; advogado a cliente, justiça, juiz e fórum; engenheiro a plantas de edifícios, construções e prédios. Tais associações se dão numa dinâmica de contextualização mentalizada pela

observação individual, inserida no processo de representação. Sobre essa breve explanação, seguem as palavras de Sheva Maia da Nóbrega:

A elaboração e funcionamento de uma representação podem ser compreendidos através dos processos de **objetivação e ancoragem** que compreende a imbricação a articulação entre atividade cognitiva e as condições sociais em que são forjadas as representações. No pensamento (da criança e dos adultos), intervêm, efetivamente, dois sistemas cognitivos: O **sistema operatório** (que procede as associações, inclusões, discriminações, deduções), e **um metassistema**(que controla, verifica, seleciona através de regras, lógicas ou não) “que trabalha a matéria produzida pelo primeiro (NÓBREGA, M. Sheva - Grifos da autora).

Fruto desse entendimento de representação, a Rádio Patrulha adquiriu, no campo visível, uma materialidade específica, autônoma, com escala de valores definidos pelo conjunto de conceitos sociais predominantes. Lançando o olhar para o âmbito interno do 2º Batalhão da PM de Campina Grande-PB, mais precisamente sobre a RP, encontramos certas ressonâncias sobre essas correlações que julgamos recair sobre ela.

Somos tentados a afirmar que esta correlação seja mais forte quando se pensa em polícia de uma forma geral e logo se imagina a figura do bandido, assim como nosso imaginário foi alimentado desde a mais tenra infância, às vezes até vivenciando esta representação com brincadeiras de criança como “polícia e ladrão”. Essa ligação não se finda na dicotomia. Ela é multifacetada, partindo de várias interfaces. Trata-se de um fenômeno caracterizado pela atividade desenvolvida pela RP, marcada por uma espécie de simbiosesofrida por essa categoria de policiamento ao entrar em intenso contato com sujeitos e situações de baixo status social.

A natureza do trabalho da Rádio Patrulha é plural. Incumbe-se de intervir nas mais variadas formas de alterações sociais, absorvendo para si parte da imagem turva de uma realidade prejudicada por razões que fogem ao seu alcance. Tais situações são resultados da falta de bases sólidas, entendidas como estrutura social, gerando falhas e, por conseguinte, vários tipos de conflitos. O mais comum é o de ordem interpessoal. Essas intervenções legitimadas pelo poder de polícia estimulam um campo de referência direcionado para si, sendo preenchidas por representações que podem oscilar entre mais ou menos valorativas.

O nível de importância atribuído pelo olhar social ao “público alvo” das ações da RP, em certa medida, vincula-se ao seu perfil moral. Isto significa, em outras palavras, que a RP se relaciona, toca, comunica-se, “luta” com grupos de pessoas

predominantemente excluídas da sociedade, cuja imagem reflete a opacidade do estigma, considerado por uma compreensão elitizada advinda dos promovedores de sentidos sociais, ou seja, o poder dominante.

Como trabalho percebido - embora não dito - como de baixo nível, investido de atribuições “menores”, a força física é quase a maior e principal ferramenta no emprego policial em situações de ocorrência, em detrimento de aproximações bem planejadas e exercidas com mais profissionalismo. Isto termina por agregar à áurea do membro da RP “impurezas”, resíduos de humanidades desumanizadas, “sujando” sua farda e maculando sua reputação. Esse movimento de contato, via de regra em ambientes tensos, situa a RP numa plataforma de trabalho de 2º classe, considerando que as outras modalidades de policiamento ficam na vanguarda do prestígio profissional.

1.1 A Rádio Patrulha e a armadura do estigma

Os dilemas enfrentados pela segurança pública são uma realidade em todo o país não é diferente na Paraíba, tornando o trabalho policial ainda mais difícil no que tange à sua “essência”. Um desses agravantes reside em uma cultura massificada pelos vários tipos de preconceitos sociais. A polícia é parte integrante da sociedade, ou seja, ela comporta valores indissociáveis e historicamente construídos.

Esta é uma das fendas através da qual brotam as tensões que se diluem na massa humana organizada sob uma estrutura política que, por sua vez, também é problemática. A Polícia Militar, apesar de sua organização com base no militarismo, parece usufruir da independência de um sistema mais amplo. Contudo, ela não passa de um dos aparelhos ideológicos e repressivos do estado (ALTHUSSER, 1998), agindo muitas vezes de forma preconceituosa.

Falar da atuação da RP não é fácil, diante do planejamento, orientação e conduções do serviço em si, como também o discernimento dos perfis de seus integrantes nas mais interessantes minúcias. No entanto, ousamos falar sobre aquilo que salta aos olhos da sociedade e dos estudiosos das Ciências Humanas, no que diz respeito à violação dos direitos humanos, a qual não é prática exclusiva da polícia nem da RP especificamente, mas também de outras instituições públicas e privadas. Uma das sementes que germinam das ervas daninhas que perfuram com seus espinhos a sensível

camada de estratos sociais vulneráveis e seus atores é de natureza psicossocial: **oestigma**.

A Rádio Patrulha é uma modalidade de policiamento empregada como primeira resposta às ocorrências. Ademais, é ela que permanece constantemente em rondas no horário de serviço. Por isso, pode se deparar com todos os tipos de situação, as quais envolvem pessoas em que seus problemas, ultrapassando a esfera do privado em razão de as sociabilidades serem exercidas sem muitas barreiras, tanto físicas como econômicas. É a RP que carrega sobre as costas as marcas dos estigmas, que se interiorizam e se alojam na autoconcepção do policial.

O contato dessas pessoas com a RP em circunstâncias de conflito pode ser um fator agravante para a materialização do estigma. Como foi falado pelo comandante de uma guarnição de RP sobre uma ocorrência, “Esse povo é uma munição, eles não têm jeito, são sub-raça” (informação verbal¹). Um policial expressou uma visão semelhante sobre os moradores dos bairros onde trabalhava: “As pessoas dali não prestam, são todas iguais, não valem nada” (informação verbal²).

Ambas as falas convergem para um indicativo de que a RP também usa armas ideológicas, utilizadas para reforçar uma ideia equivocada de sujeitos, como também para distanciar de si uma representação social submersa no esgoto urbano. Os conflitos interpessoais podem estar associados a uma malha sociocultural. Não raro, a polícia não tem ciência de onde se originam os condicionantes das tensões sociais, pois “[...] A vida social dos seres humanos é repleta de contradições, tensões e explosões. O declínio alterna-se com a ascensão, a guerra com a paz, as crises com os surtos de crescimento. A vida dos seres humanos em comunidade certamente não é harmoniosa” (NORBERT, 1994, p. 20).

As modalidades de estigmatização penetram os bairros, ruas, casas e indivíduos, conduzidos por viaturas com brilhantes luzes vermelhas, com um repertório largo de classificações individuais e coletivas, assim, como melhor aprouver à pertinência dos olhos e bocas da RP. Conforme argumenta Erving Goffman (1988, p. 14),

[...] Em primeiro lugar, há abominações do corpo – as várias deformidades físicas. Em segundo, as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca. Paixões tirânicas ou não naturais,

¹ Trecho oriundo de uma conversa informal, proferido pelo comandante de uma ocorrência policial atendida pela RP.

² Trecho oriundo da conversa informal de um policial, opinando sobre os habitantes das localidades onde ele presta serviço.

crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualidade, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político liberal. Finalmente, há os estigmas tribais de raça, nação e religião.

O estigma está relacionado ao baixo status moral do cidadão, podendo estar incluído nas categorias descritas pelo autor. Entretanto, a definição do estigma pode ser dada mediante um parâmetro subjetivo para a atuação policial. No mínimo um comentário mal feito já terá impacto negativo sobre aquele que é assistido ou abordado pelo PM. A figura do estigmatizado pode ser um negro, o morador de um beco, uma pessoa tatuada, uma pessoa que cumpriu pena em presídio, rotulada com ex-presidiária, uma pessoa que mora na rua, alguém embriagado, o adepto de uma religião afrodescendente, um homossexual, uma mulher que se prostitui, entre outros.

O policiamento de rádio patrulhamento sofre as influências causadas pelo que é pronunciado pela normatividade, instaurando uma cultura forjada no poder e na honra, combinação básica na capacitação profissional face ao que se intenciona. Valores ricos de significados quando implantados em terra fértil, neste caso, configurado como Polícia Militar. Fica evidente o equívoco na interpretação que, de certa forma, é feita da equação: força e honra versus inimigo social igual a ações de discriminações e estigmas.

Nos pontos cegos da sociedade, nos lugares escuros onde pessoas se encontram, se amam e se odeiam. Suas invisibilidades repentinamente são reveladas, não por clarões de justiça e cidadania, mas por holofotes do estigma. Estigma que não só é percebido na fala direta e objetiva do PM, como também nas repercussões de crimes cometidos naqueles locais, que alimentam a mídia, com seus jornais policiais, apropriando-se da imagem da PM para imprimir sua versão estereotipada de um lugar ou de um sujeito.

1.2 Simbiose e desclassificação

A RP, por força de seu exercício, relaciona-se com atores sociais de baixo status moral, que se “unem” metaforicamente como efeito simbiótico, do tipo em que organismos vivem dentro de outros, como nas relações biológicas. Na concepção social, fundindo parcialmente as partes envolvidas pelas circunstâncias da ocorrência, tal fator promove uma soma de significações sociais cujas representações convergem em sentido

unísono. Em outras palavras, a Rádio Patrulha ganha um relevo acidentado pelo prejuízo acarretado por esta diminuta representação.

Estes atores sociais são pessoas em estado de embriaguez, que distorcem uma postura pessoal idealizada pelo moralismo e que afrontam um desconhecido. Usuários problemáticos de drogas, em sua maioria jovens e pobres, culminando em problemas familiares. Prostitutas e travestis envolvidos em conflitos, ora acusados, ora vítimas. Homens violentos em situações de crime, os mais variáveis possíveis, entre eles, pequenos furtos e homicídios. Menores infratores, cometendo delitos e contravenções. Doentes mentais, “carmas” de famílias que contam com o apoio da RP na condução do paciente até um hospital psiquiátrico.

Este apoio anteriormente era feito exclusivamente pela RP, que assumia a responsabilidade de acalmar o paciente e, quando não lograva êxito, encarregava-se de usar a força necessária para conduzi-lo até o hospital dentro da viatura. Prática arbitrária, uma vez que tal ocorrência envolvia pessoa possuidora de distúrbios psíquicos que se encontrava em crise, e os policiais não eram habilitados para atuar nesses quadros clínicos.

Moradores de rua vistos como suspeitos, através do olhar dirigido pelo preconceito e pelo medo do outro de comportamentos “estranhos”. Vizinhos em atritos verbais e em vias de fato, muitas vezes por falta de privacidade, uma vez que muitas destas contendidas são motivadas por disputas por espaços entre as casas e por sons com volumes excedentes. Na maioria das vezes, essas pessoas residem em locais sem adequada infraestrutura, em moradias muito pequenas, com grande número de membros familiares residindo em um mesmo espaço, o que contribui para o estresse e a explosão de contendidas.

Essas pessoas são notadas com indiferença pelo olhar da maioria. Sobre elas, são construídas verdades que as culpabilizam pela desordem social e entraves para o progresso, sendo ainda vistas como ameaças à ordem estabelecida. Essas concepções não contemplam a complexidade das razões que fomentam esse cenário de desequilíbrio social. Acusado, vítimas e policiais da RP são faces da mesma moeda quando olhados à distância. A ação da polícia após acontecimento de um fato que exija algum tipo de intervenção de um órgão policial configura uma continuidade narrativa desse fato, pois a chegada da RP ao local da ocorrência encontra-se com a expectativa criada pelos atores envolvidos e pelos observadores. É como se um enredo novelístico tivesse descrito uma cena em que a atuação da polícia fosse indispensável.

Na biologia, a simbiose é uma relação de dependência entre dois organismos de espécies diferentes, em que ambos são beneficiados. Nas relações de tensão entre policiais e grupos de pessoas estigmatizadas, a vantagem mútua nem sempre se assemelha às simbioses biológicas. Dito de outro modo, para a RP, o que ocorre é a perda de uma identidade heroica, assim como se deseja, explicada pelo fenômeno resultado da interação entre os objetos, ou seja, há algo a convergir essas relações para o mesmo sentido de representações. Ao entrar nesse labirinto, a RP modifica suas feições com assinatura do estigma.

Essas pessoas estigmatizadas, situações e locais criam uma atmosfera nebulosa em torno da Rádio Patrulha, causando um mal estar inconsciente no grupo, o que dificulta as possíveis formas de amenizar tais impressões negativas. São muitos os reflexos negativos dessa simbiose que, somada a outros fatores de ordem normativa e organizacional, gera como produto final uma Rádio Patrulha marginalizada, desprovida de sentido positivo.

2. A RÁDIO PATRULHA EM CONTATO COM A POLÍCIA CIVIL: UMA ANTISSIMBIOSE

No atual sistema de segurança pública, o desenvolvimento do trabalho das polícias segue uma jurisdição específica para cada uma delas. De acordo com a Constituição Federal, cabe à Polícia Militar a preservação da ordem pública. Na prática, cabe à PM prevenir, por antecipação, qualquer quebra da normalidade, através de rondas ostensivas, e responder a qualquer solicitação cuja motivação seja gerada por alterações na ordem estabelecida de um determinado *status quo*, entendido como síntese da ampla cobertura de um todo social que exige controle total.

Para tanto, a guardiã da paz urbana posicionada na linha de frente chama-se Rádio Patrulha. Como a organização do aparato policial tem um modelo dualizado, do outro lado, situa-se a Polícia Civil, polícia judiciária encarregada de atender às demandas jurídicas iniciais, na confecção de boletins de ocorrência, termos circunstanciados, indiciamentos e processos. Cabe também à Polícia Civil o procedimento investigativo dos casos de crimes denunciados.

O encontro da Polícia Militar com a Polícia Civil não se dá num clima harmonioso. As informações levadas pelo policial da Rádio Patrulha são colhidas pelo distanciamento de um longo corredor frio. O diálogo é curto, fala-se mal e somente o

necessário. Por que isto acontece? Talvez, essa distância também tenha a ver com a fusão de representação que a RP sofreu em contato com seu objeto.

Da mesma forma, porém em sentido inverso, a Polícia Civil se apropriou de uma representação marcada pelo alto e bom nível de visibilidade, postura que explica a atitude de esquivar-se de um contato adequado com o policial militar para melhor fluidez do trabalho. Voltamos à tese da fachada que deve ser preservada e mantida em constante atividade, sob pena de se descortinar toda uma fragilidade e inverdades acerca do que foi construído tão inteligentemente.

A Polícia Civil trabalha de forma articulada com o poder judiciário. Parte da premissa de que seu ofício é considerado de alta relevância no circuito da segurança pública. Sua performance, em tese, projeta-a para um plano da elite, trazendo-lhe conforto de status. Mas, na prática, as circunstâncias não são tão glamorosas. As estruturas das delegacias são moderadas, algumas até bem deterioradas. No entanto, em termos de fachada, o que importa é a imagem difundida na sociedade e o retorno que ela proporciona, isto é, o respeito, a admiração, alguns privilégios sociais, entre outras benesses.

A maioria dos casos que a ela chegam é levada pela Polícia Militar. Muitos são pela RP, que apresenta o caso ao delegado para que sejam tomadas as devidas providências. Por parte dos agentes e delegados, há um tratamento fronteiriço em relação à PM, que “invade” seu espaço levando aquilo que deforma sua imagem polida, as pessoas marginalizadas, tanto vítimas quanto acusados, advindas dos becos, lugares insalubres, às vezes até elas mesmas sujas de sangue; alguns defecam nas próprias roupas. Hematomas, suor e sujeira saltam por entre birôs e ternos no desencontro com a lei.

Histórias confusas e angustiantes são relatadas ali, entre choros e pedidos de ajuda. A periférica condição humana chega ao ambiente dos executores da lei. O impacto social acontece e quem o traz também carrega em si parte desse peso do sofrimento e ignomínia. O policial da RP é o intérprete da dor alheia, que o atravessa desde a hora em que ele chega à ocorrência. No auto da prisão em flagrante, ele é formalmente classificado como condutor e primeira testemunha. Na maioria das vezes, o PM nem presenciou o crime, tendo chegado após a solicitação da vítima ou de terceiros.

Não obstante, ele é uma espécie de testemunha envolvida na querela desde o princípio. A RP e as condições da ocorrência se tornam uma só coisa e a simbiose é percebida pela Polícia Civil, que resiste em também não se fundir ao objeto da

vergonha. Portanto, o PM deve ficar em seu lugar, periférico e carente de prestígio social.

Uma aproximação da Civil com a RP de forma mais ordeira e profissional seria para a primeira uma aproximação indireta com o fardo indesejável que compõe a ocorrência, o que não pode ser permitido, já que a PM está entrelaçada com os rumores da dor e o odor dos corpos sociais descartáveis, sendo uma ameaça à integridade higiênica de uma polícia que se julga integrada ao poder da justiça.

Mesmo sendo também Polícia Militar, outros grupos especiais tem essa separação e indiferença um pouco mais diminuída. Geralmente, eles apresentam situações de maior vulto que a RP. Grande quantidade de apreensão de armas e drogas ou a prisão de alguém que cometeu um crime de grande repercussão midiática, passando para a Polícia Civil um “bom” material, o que enseja a projeção na mídia.

Grande parte dos delegados é afeita a entrevistas, talvez pela oportunidade de legitimar, através de palavras e imagens, a auto concepção de valor jurídico e a inserção no núcleo do poder e do prestígio. Isto fica bem evidente nas entrevistas coletivas realizadas em uma sala preparada. Ao fundo, coloca-se um grande folder com destaque aos emblemas da polícia. Ali, o exercício da eloquência passa a ser primoroso, enquanto o policial da Rádio Patrulha concede entrevista no ambiente onde aconteceu o fato, circunstância que não lhe dá oportunidade de ensaiar sua fala.

É como se existisse todo um trajeto por onde percorrem os veículos carregados de fundamentos que distanciam a RP de um lugar digno de maior respeito frente às instituições com as quais ela se relaciona. Na pirâmide hierárquica da segurança pública, ela parece estar na base, embora seu trabalho seja de fato de elevada relevância social, mesmo que, na prática, este trabalho não seja visto como importante pelos que estão em lugares sociais confortáveis e não conseguem refletir sobre a importância e a necessidade de se pensar o social incluindo a todos.

É neste teatro de operações que a RP se mobiliza, desenvolvendo seu ofício com tamanha dificuldade institucional. Na maioria das vezes em que ela é acionada, é para deslocamento a bairros periféricos, que variam, do ponto de vista da estrutura, de moderados extremamente precários. Casas improvisadas, feitas de barro; outras de tábuas; ruas sem saneamento básico. Bairros que foram invadidos há muitos anos, sem que os poderes políticos providenciassem as adequações essenciais para que ali se tenha o mínimo de salubridade e organização urbana.

Percebe-se a ausência estatal, salvo quando a presença do estado é manifestada pela presença da polícia, na forma de Rádio Patrulha. Ela é designada para estes lugares com fins de repressão, agindo na falha do sistema de maneira insuficiente e paliativa. A convivência dos policiais nestes lugares e situações provoca, por parte destes, um modo de não se envolver de forma amistosa com os moradores. O PM opta pelo distanciamento e indiferença aos inumerados contextos de vida que teceram aquelas redes de intrigas.

Porém, mesmo com essa racionalização voltada para o distanciamento, é inevitável que as falas dissonantes, nervosas, mal pronunciadas, denúncias cruzadas, gritos, argumentos vulgares não atinjam o componente da RP e, por extensão, a própria RP, influenciando em sua representação, ostentada tanto pelos olhares do mundo civil como principalmente pelo olhar atento do círculo militar. Essas nuances trazem consequências ao lugar em que a Rádio Patrulha ocupa no seio do Batalhão, podendo configurar uma discrepância de visibilidade, positiva ou negativa, entre ela e outras modalidades de policiamento, principalmente as rotuladas com o termo de especializadas.

Bairros onde pessoas andam a pé pelas ruas, crianças brincam nas calçadas, senhoras ficam conversando nas portas das outras. Na esquina, há um bar pequeno onde as pessoas bebem na calçada em dia de semana, em meio ao movimento de jovens indo e vindo das escolas. Uma mulher estende roupa no varal na frente de sua casa; um vizinho abre a mala do carro e liga o som em alto volume. Uma carroça de tração animal caminha lentamente pelas ruas. Esta é a dinâmica de um bairro periférico, onde as coisas parecem fluir normalmente.

A presença da polícia ali não causa estranheza, embora não seja fixa naquele local, como o bar na esquina, a carroça de burro e os bêbados titubeando pela calçada. Principalmente quando se trata de uma viatura de Rádio Patrulha, ela quebra parcialmente o panorama, mas é aceita sem muitas ponderações. Algumas crianças até acenam pra os policiais. No entanto, o que nos chama a atenção é a ronda feita pela ROTAM, Força Tática ou Pelotão de Choque nestes lugares. Há uma diferenciação na postura dos policiais e uma apreensão também diferenciada por parte da população. A começar pela estética de apresentação e número de policiais das especializadas. Outra diferenciação é a objetividade. É como se eles tivessem uma missão específica: agem como caçadores de gente, procurando suspeitos ou foragidos.

Tal postura causa indignação e medo nos moradores. Ao mesmo tempo, em outros setores da cidade, as pessoas aprovam e incentivam essas ações quando vistas

pela TV. Há, portanto, “duas polícias” dividindo o mesmo espaço, por vezes simultaneamente, RP e especializadas. A primeira é mais ambientada, confundida em parte com o ambiente, enquanto a segunda surge abruptamente, alterando o cenário. Um corpo estranho e mudo, quando, na verdade, deveria haver comunicação com o objetivo de conhecer melhor a dinâmica do bairro, o que pensam os moradores e quais suas necessidades sobre segurança, para ganhar a confiança dos moradores.

Ao contrário disto, as modalidades mais aguerridas da força policial militar se expressam com a intensidade dos movimentos corporais e da ordem, disparando comandos como “vira de costas e coloca as mãos na cabeça”; “tá vindo de onde?” Dessa forma, constroem-se respectivas imagens de polícias. A vencedora é a que atende às expectativas criadas pelas forças criadoras do modelo repressor, traduzidas para a prática. A RP perde espaço por esse e outros motivos de articulação institucional, já que a cultura da repressão e da violência contribuiu para a definição dos conceitos de valor institucional.

3. A CULTURA DA FORÇA QUE SEPARA O “FORTE” DO “FRACO”: RITUAL DE INTERAÇÃO

No seio da caserna, movimenta-se um trânsito de militares que disseminam verdades, valores, senso de justiça e honra. Os mais jovens, como forma de adaptação e desejo de pertencimento, tendem a unir suas concepções às dos mais antigos. Emerge, através de atos e palavras, uma cultura policial militar útil para o estabelecimento e manutenção da imagem planejada de polícia. Esse fluxo de informações sobre o tipo ideal de ser policial operacional acontece cotidianamente, como força incessante que brota de todos os lados; logo, muito eficiente.

O coletivo parece ser parte importante na estabilização de uma representação policial. O que se anuncia como postura predominante e de maior valor é justamente o que vai definir a posição de prestígio e respeito dentro da corporação. Cabe ao militar que pretende ser visto como digno de respeito e admiração corresponder ao modelo padrão proposto. Os dispositivos que alimentam a cultura militar que se pretende superior não se limitam aos discursos e à estética do uniforme ou à performance do soldado, ela também se estende às instalações de que cada grupo faz parte.

Por exemplo, a Rádio Patrulha do 2º Batalhão não tem sede própria. Ela faz parte de uma companhia responsável por outros policiamentos. A RP não conta com um prédio exclusivo, organizado para seus trabalhos internos. Na verdade, ela não consegue se organizar também por outros motivos, conforme veremos mais adiante. Enquanto outras categorias de policiamento possuem sedes próprias, umas mais bem estruturadas que outras. Vale mencionar que a aciclopatrulha tem uma sede modesta, instalada nas dependências do batalhão, mas não deixa de ser um espaço reservado para melhor organização e reunião de seus componentes. Outras especialidades têm suas sedes e companhias instaladas em prédios fora do quartel, como no caso da cavalaria, que fica a aproximadamente quatro quilômetros do quartel. A ROTAM e o Pelotão de Choque também dispõem de sede própria.

Além dessa descentralização geográfica e física, outro aspecto também é relevante para a construção da cultura organizacional que cria fronteiras entre a RP e outras já citadas formas de agrupamentos policiais. As estruturas dessas sedes contam com ambientes planejados, que induzem os praças e oficiais a se alinharem à formatação do lugar, com frases motivacionais escritas nas paredes, os muros pintados em camuflagem, alguns aparelhos de musculação, desenhos de emblemas militares etc.

Segundo relatos de membros da RP, a falta de lugares de apoio é um dos problemas enfrentados, principalmente no período noturno, quando precisavam descansar, tendo de procurar um abrigo que, com frequência, resumia-se a postos de gasolina. Cansados de uma jornada de 24 horas de serviço, às vezes os três integrantes da guarnição não resistiam ao cansaço e adormeciam, expondo-se ao perigo de uma investida contra eles. Em alguns casos, esses refúgios eram feitos na casa de um dos policiais, seguros de investida, mas passivos de serem descobertos por superiores e punidos.

Diante de tais circunstâncias, o militar da RP sofre influências negativas, provenientes da falta de estrutura indispensável para o bem estar do policial. A insatisfação do PM refletia-se em seu trabalho: a desmotivação era quase geral, ramificando-se nas conversas, nos desabafos, nas alterações e nas formas sub-reptícias de reação, como, por exemplo, o elevado número de atestados médicos apresentados, as chamadas “desenroladas”.

O policial da RP está distante, pelo menos sob o olhar interno da instituição, como uma antítese do policial aguerrido, associado à figura do herói. Pelo menos durante as décadas de 1990 e 2000, grande parte da RP mantinha uma prática mal vista,

chamada de “baque”. Tratava-se do tipo de relação que as guarnições mantinham com alguns donos de estabelecimentos comerciais e oficinas: em determinados dias da semana, principalmente aos sábados, algumas guarnições faziam uma arrecadação em dinheiro em tais estabelecimentos.

Segundo um PM reformado que fazia parte do pelotão de RP no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, havia uma concorrência entre as guarnições. Depois de assumir o serviço às sete horas da manhã, as guarnições procuravam sair do quartel o mais rápido possível, afim de passarem primeiro nos locais onde era de costume fazer a prática da arrecadação monetária. Assim, a RP ficou rotulada de “baqueiros”, termo que parece não incomodar aos que se valiam deste expediente.

Um fato interessante sobre isto era a inércia do comando, que julgamos ter conhecimento da prática, mas preferiam não interferir. Inquiridos sobre tal realidade, muitos policiais diziam se tratar de uma prática que ninguém conseguia extirpar. Acreditamos, no entanto, que essa suposta inércia do comando tinha relação com a consciência de que a RP era um policiamento precário e tomar uma atitude enérgica sobre isso implicaria problemas internos, desestabilidade na ordem de comando e, conseqüentemente, seria evidenciada a falta de controle da situação.

Por isso, o melhor a fazer era fingir que nada disso acontecia fora do quartel. Estas diferenças vão além das estruturas físicas: elas também atuam através da proteção da fachada, como instrumento de defesa da imagem. De acordo com Erving Goffman (2011, p. 13-14),

o termo fachada pode ser definido como valor social positivo que uma pessoa efetivamente reivindica para si mesma através da linha que os outros pressupõem que ela assumiu durante um contato particular. A fachada é uma imagem do eu delineada em termos de atributos sociais aprovados – mesmo que essa imagem possa ser compartilhada, como ocorre quando uma pessoa faz uma boa demonstração de sua profissão ou religião ao fazer uma boa demonstração de si mesma.

Perscrutando a rotina de trabalho dos policiais, tanto da RP quanto das forças especializadas, percebemos que não se pode definir um grupo de forma homogênea, considerando que todos contêm elementos diferenciados em vários aspectos. Definir esses policiamentos de forma estanque é, no mínimo, ignorar as nuances existentes no seu núcleo. Nem todas as guarnições e nem todos os componentes presentes na escala de determinadas guarnições que aplicavam o “baque” comungavam com esse

procedimento, como também nem todos os integrantes do Pelotão de Choque e outras polícias especializadas preenchiam os requisitos do grupo, que deveriam ser os mais bem preparados, técnica e fisicamente, além de possuidores de um caráter ilibado.

3.1 A cultura do etos guerreiro

O orgulho de ser policial é fator indispensável para o desenvolvimento de um bom trabalho, apesar de que esse orgulho pode ser um sentimento de contornos desviantes, transformando-se em prepotência. Partindo da análise microsocial, abordamos a teoria do *etos guerreiro* para elucidar como ela se inscreve no meio policial, delimitando espaços e erguendo fronteiras de diferenciação, inclusão e exclusão profissional.

ETOS GUERREIRO é um termo utilizado pelo sociólogo europeu Norbert Elias na observação da violência em países em guerra. O autor elaborou, a partir desse patamar, uma teoria sobre o *processo civilizador*, contrapondo o *etos guerreiro* ao *etos civilizado*. O primeiro se relaciona à forma de combate nas guerras contra os inimigos, ressaltando a falta de piedade e a crueldade com que eram abatidos seus rivais. O *etos guerreiro* também era percebido na forma como os guerreiros medievais se comportavam no cotidiano, sempre voltados para ações de guerra:

[...] Nem comer, nem beber, nem dormir têm tanto sabor... quando ouvir o grito “para frente”, de ambos os lados, e cavalos e cavaleiros refugando e relinchando. [...] e ver o pequeno e o poderoso tombarem na grama das trincheiras e os mortos atravessados pela madeira de lanças adornadas com flâmulas [...]. Amo o entrevero do azul e do vermelho dos escudos, das flâmulas e bandeiras, as tendas e pavilhões espalhados pela planície, a quebra de lanças, a perfuração de escudos, os capacetes faiscantes fendidos pela clava, os golpes dados e recebidos[...]. Cobrirei de vergonha cada cavaleiro que capturar, cortarei seu nariz ou orelhas. Se for mercador ou sargento, perderá um pé ou um braço[...] (NORBERT, 1990)

O universo do guerreiro era inteiramente voltado para o campo de batalha, onde o prazer de lutar dava razão à sua existência. O homem é produto histórico e cultural de cada época. As contingências da respectiva época influenciavam a visão de mundo, orientando-a como balizar posturas. Apesar das mudanças históricas e culturais,

existem elementos que, por força do *habitus*, movimentam-se em processos mais lentos, podendo atravessar séculos.

3.2 Etos guerreiro e policiamento operacional

Para entendermos melhor a dinâmica do etos guerreiro, adiantamos que, apesar de ela se fazer presente no brio dos policiais operacionais, o etos guerreiro não é algo exclusivo de policiais. Como se trata de fenômeno psicológico, ela não se detém a sujeitos nem instituições específicas. Grupos de bandidos e gangues também podem manifestar esse sentimento.

O etos guerreiro pode estimular o indivíduo a agir de forma radical. A racionalização dos atos fica em segundo plano, pois o que mais interessa é o resultado da ação. Em outras palavras, a falta de controle da sensação de poder provocada pelo etos guerreiro pode facilmente conduzir o agente a ações violentas, fato verificado na mídia e em inquéritos policiais. Contudo, quais são os fatores que alimentam o etos guerreiro nos policiais e em que medida esse etos pode servir de diferenciação a outras modalidades de policiamento? A Rádio Patrulha também se reveste desse poder psíquico? Vejamos os fatores institucionais que, em conjunto com a disposição de alguns indivíduos, contribuem para fomentar o etos guerreiro:

3.2.1 A farda

A própria farda já é, de início, um dispositivo que instiga o ego do indivíduo. Ela representa um discurso de poder, um relato institucional. A farda do policial remonta a vários significados pródigos que exaltam aquele que a veste. O heroísmo, o arrojo, o perigo, a superação e a força convergem para esta representação. Ela insere o indivíduo em um contingente numeroso, ampliando seu poder de representação. A farda também é um relato de separação: o policial fardado se diferencia do civil, despido de poder institucional.

A farda faz parte de um tecido social significante, emitindo vibrações visuais, contextualizando o indivíduo e condicionando seu corpo, pois, uniformizado, o policial tem certos limites de postura. Assim, ele é um canal material que viabiliza o despertar do etos guerreiro, obliterando em grande medida a noção de vulnerabilidade. Podemos

considerar aqui o colete balístico como extensão da farda, pois ele aumenta, em função de sua realidade funcional de proteção, a noção excedente de invulnerabilidade causada pela ilusão decorrente do etos guerreiro.

Se a farda convencional utilizada pela RP já agrega esses significados, eles se tornam ainda mais expressivos na farda das unidades especializadas, devido à diferente configuração estética, planejada para missões específicas condizente com a preparação e objetivo da criação da unidade. O Pelotão de Choque e a ROTAMtrajam uma farda rajada, muito admirada pelos policiais. Inclusive, muitos são atraídos a fazer parte desses grupos para terem o prazer de vesti-la. A farda também é ferramenta da fachada.

O fardamento da RP é o mesmo utilizado por toda a corporação, exceto pelas forças especializadas nas funções denominadas como serviços ordinários, tais como Serviços de Guarda, P.O (policiamento ostensivo) custódia em hospitais, entre outros.

3.2.2 A arma

A arma é, sem dúvida, um forte instrumento vinculado ao etos guerreiro. Símbolo de poder, inclusive sobre a vida, ela confere ao portador policial um signo de dominação. A arma faz com que o policial se sinta mais seguro. “Exibida” diante de civis, ela impõe certo receio, diante de um imaginário social repleto de representações que associam arma a morte. O fato de poderem usar uma arma de fogo confere ao militar uma noção de poder que às vezes está acima do poder discricionário de polícia, ou seja, o etos se torna híbrido com a virilidade e, por vezes, a honra. Como afirma Fátima Ceccheto (2004, p. x),

O pressuposto não explicitado, não discutido é que seria intrínseco e natural aos homens usarem tanto armas quanto seu corpo para guerrear e matar-se entre si. Obviamente a arma é um símbolo de virilidade. Os próprios termos utilizados pelos homens para designar a arma é ferro, contém toda uma simbologia viril que revela como isso tem a ver com a identidade masculina tal como está constituindo agora.

Etos guerreiro e virilidade masculina se aproximam pela ideia que se tem do masculino como gênero forte e a arma, nesse sentido, representa perfeitamente essa sincronia. Sabemos que isto é uma construção cultural e histórica, mas que ainda espraia sentidos em alguns segmentos sociais, onde a polícia é um deles.

As forças especializadas trabalham com um arsenal mais pesado e numeroso do que a RP. É compreensível, pois, em tese, elas são designadas para ocorrências de maior vulto, embora a RP, que está constantemente na rua, pode se deparar com situações de grande risco, fato contestado pela RP por falta de melhores condições de armamento.

A cultura do etos guerreiro policial impulsiona a construção da imagem dos policiais, sendo difundida por dois principais canais de comunicação: um é a mídia, com forte poder de persuasão, com artifícios de manipulação capazes de construir uma verdade cuja desconstrução consiste em um árduo trabalho de convencimento. O outro é o exercido corpo a corpo, que pode ser entre os civis, entre os praças ou entre praças e civis. Entre os praças é onde se revelam nossas suspeitas que provocaram o desmoronamento da “boa” imagem da RP no âmbito interno da instituição, trazendo consequências negativas, como falta de apoio em suas reivindicações relacionadas à falta de estrutura e ao tratamento indiferente por parte do comando e dos oficiais.

FIGURA 01: Policiais do GATE (Grupo de Ações Táticas Especiais), uma das operações especiais da Polícia Militar.



Fonte: Acervo particular do pesquisador.

4. DISCURSOS DE NEGATIVAÇÃO: A ANTÍTESE DE NARCISO

Reza a mitologia grega que Narciso era um jovem muito belo que desprezava a cobiça das ninfas e donzelas, preferindo viver isolado. Decepcionado, Narciso não via ninguém como merecedor do seu amor e foi justamente esse desprezo pelos outros que o derrotou. O que mais nos interessa nesse conto extraordinário é a paixão que ele tinha

pela sua própria imagem, aspecto a ser trabalhado como elemento que se constitui como uma antítese do que acontece com o policial da Rádio Patrulha.

Falar é mais do que emitir mensagens e significados. É também exercício terapêutico, assim como acontece nas sessões de psicanálise. Dizer tudo aquilo que pensa durante um momento de inquietação e angústia é um ato chamado, em linguagem comum, de desabafo. No contingente da Rádio Patrulha do 2º Batalhão, não são raros os momentos em que se escuta algum componente se maldizer, reclamar da falta de estrutura e de seus infortúnios.

Os sentidos das falas policiais podem variar de acordo com o lugar de onde emitem expressões. Por exemplo, o que se escuta por parte de integrantes das forças especializadas são afirmativas em defesa de sua imagem, com expectativas direcionadas a um público, principalmente civil, no desejo de reconhecimento. Por parte dos componentes da Rádio Patrulha, também se pode ouvir discursos exacerbados em defesa da classe, quando veiculados em confronto com posicionamentos críticos em relação à polícia, especialmente advindos da mídia e do público civil.

No entanto, essa defesa muda de lugar quando exercida no âmbito interno da corporação, em razão de a Rádio Patrulha não usufruir de investimentos e organização equiparados às outras modalidades de policiamento. Vejamos o que diz um policial em entrevista sobre a Rádio Patrulha, traçando um paralelo de como ela era concebida nos anos 1990 e atualmente:

Naquele tempo, todo tipo de serviço agente fazia, fazia tudo. Naquela época, só tinha a Rádio Patrulha mesmo, não tinha GATE, não tinha os pelotões especializados que hoje tem, e aí a gente trabalhava muito [...]. A Rádio Patrulha hoje é o seguinte: ela é tipo assim...a situação da gente hoje é difícil, é precária, porque nós não temos alojamento, nós não temos assim, um comandante que fale diretamente por agente, não temos. Os pelotões especiais, ou seja, que dizem especiais, especiais pra mim hoje só o BOPE do Rio de Janeiro e de São Paulo. Aí veja bem, hoje a gente tá tipo assim, abandonada. A Rádio Patrulha hoje tá abandonada. Por que... a Força Tática tem seu comandante, tem seu alojamento, tem tudo lá. O BOPE tem seu comandante e a gente passa por um sistema muito difícil. Aqui no batalhão, nem alojamento de cabos, soldados e sargentos temos mais (informação verbal³).

³ Relato de um policial membro da Rádio Patrulha sobre a precariedade das condições de trabalho de sua categoria para fins de pesquisa.

No depoimento deste PM, com 32 anos de serviço, percebe-se que ainda permanece a noção de que a RP trabalha muito. O ponto que vem marcar a diferença entre os anos 1990 e os dias atuais é a inferiorização de sua imagem, que mal refletida na corporação, estimula o discurso negativado de seus membros. Uma das principais críticas feitas é relacionada à falta de estrutura e comando específico, causando uma imagem de abandono.

Os discursos são apresentados por signos diversos, conduzidos por imagens. Neste caso, evidencia-se também pela escrita para um observador indireto, tal qual mostrado nesta imagem, creditada a um autor anônimo, provavelmente componente da RP, através da qual ele narra sua visão negativa sobre a unidade à qual pertence.

FIGURA 02: Inscrição anônima feita nas dependências do 2º Batalhão da Rádio Patrulha em Campina Grande-PB, provavelmente por um de seus membros.



Fonte: Acervo particular do pesquisador.

A frase revelada por esta imagem, **RP SOFRIDA**, sintetiza um sentimento quase que generalizado de um grupo marginalizado. Foi escrita no quadro de avisos da Reserva de Armamento, ambiente onde o fluxo de policiais é obrigatório em função das exigências do serviço. Esta narrativa também é escrita como um texto vivo, materializado nas formas de condução do trabalho da RP na rua, falta de estímulo, pouco empenho, negligência, entre outros subterfúgios, contribuindo para o desprestígio conceitual da categoria. Como relata Minayo (2003, p. 194):

Estudos apontam algumas condições associadas às formas de organização do trabalho e propiciadoras de sofrimento: medo relacionado à fragilidade corporal exposto a determinada condição de trabalho; medo moral relacionado ao julgamento dos outros; tédio por realizar tarefas desvalorizadas; sobrecarga de trabalho; ininteligibilidade das decisões organizacionais; conflitos entre os valores pessoais e os da organização; dúvidas sobre a utilidade social do trabalho realizado; sofrimento de injustiça, além do não reconhecimento expresso pela falta de retribuição financeira, moral ou por mérito.

As lamentações dos PM's da Rádio Patrulha moldam-se deformando um corpo corporativista. Ecoam para além dos muros do 2º Batalhão de Polícia Militar da cidade de Campina Grande, alcançando a sociedade, o que prejudica a sua imagem, dando margem para outros discursos críticos e alimentando um ciclo perverso de descaso. Envoltos em discursos desesperançosos, os indivíduos não vislumbram uma ascensão representativa da RP. Muitos dizem que não adiante lutar, pois seria inútil. A única solução seria abandoná-la. Aliás, sair da RP não é algo fácil, devido à dificuldade de substituir o soldado, uma vez que poucos desejam fazer parte dela, mais um reflexo do discurso negativo que, proferido por seus próprios integrantes, termina por ganhar status de verdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A visão que se tem de polícia, especialmente a Polícia Militar, em razão de sua ostensividade por parte da sociedade, oscila de acordo com o contexto da contingência em questão. Ora ela é vista como vilã, ora como heroica. A segurança pública é o pano de fundo para sua visibilidade, plataforma por demais problemática; por isso, muito complexa. Neste mar revolto de tensões sociais, a PM está na crista da onda maldita que, no imaginário social, é dotada de representação ambivalente.

Mergulhando nas profundezas desse mar, encontramos a Rádio Patrulha do 2º BPM. Nela percebemos uma Ordem Unida cheia de nuances, de vozes de comando cruzadas, por vezes silenciadas pelas “desordens” dos comandados. Constatamos que este policiamento sofreu com o decorrer de novas mudanças na corporação por força dos modelos de padronização exigidos pela modernidade quanto às formas de apresentação e performance de trabalho. Foi neste contexto que a Rádio Patrulha, nos primeiros anos da década de 1990, começa a perder prestígio, tanto no meio policial como no âmbito civil.

Num primeiro momento, essa desvalorização ocorreu com o surgimento da Bacurau, um tipo de policiamento inovador, trajando uniforme preto, voltado para um nível mais alto de repressão. Nesse sentido, a RP foi suprimida, a considerar que se atribuía a ela esta missão.

Um segundo dispositivo de alteração da imagem da RP se situa no campo relacional. Isto é explicado através da metáfora da simbiose, termo utilizado no conhecimento científico da biologia. Na versão sociológica de nosso objeto, partimos da perspectiva de que o contato da Rádio Patrulha com a “massa” de pessoas menos favorecidas da sociedade, que, por sua vez, carregam ofardo do estigma, provoca um fenômeno de representação social que une dois lados opostos em um só: militares sofridos se mesclam com pobres sofredores, resultando num espelho da tragédia. Essa relação intrínseca entre objetos diferentes e suas consequências nos fazem lembrar Nietzsche (2004, p. 151): “Aquele que luta com monstros deve acautelar-se para não se tornar também um monstro. Quando se olha muito tempo para um abismo, o abismo olha pra você”.

É importante dizer que colocamos o termo *monstro* utilizado pelo filósofo entre aspas. Há de ficar bem entendido que os grupos de pessoas as quais predominantemente se comunicam por meio de ocorrências com a RP nem sempre são criminosas, mas, mesmo assim, são discriminadas por morarem ou terem algum tipo de relação com pessoas que cometeram ou cometem crimes, ou apenas por serem pobres. Por esta concepção, apropriamo-nos da palavra *monstro* proferida por Nietzsche (2004), para traduzi-las enquanto excluídas do meio social em toda sua integridade.

Esse deslocamento desvantajoso para a RP se deu, como já mencionado, em um primeiro momento pela perda de território rico em representatividade positiva com o vooda Bacurau, posteriormente convertida em Pelotão de Choque. Em seguida, surgiram outras modalidades de policiamento com sofisticação nivelada com o Choque, como a Cavalaria, Ciclopatrulha, GATE e ROTAM, cada uma, em tese, com qualificação para missões específicas, circunscritas a ações mais arrojadas. Esse fato relegou à Rádio Patrulha os serviços de menor valor moral, e passou a ser vista como menos qualificada, realizando o serviço considerado enfadonho, devido ao caráter majoritário dos atendimentos de ocorrências de cunho interpessoal.

As identidades são construídas nas práticas discursivas, campo no qual não existe espaço vazio, e todo espaço precisa ser preenchido. Nesta lógica de raciocínio, os discursos esvaziados de sentidos positivos proferidos pelos policiais militares da RP são

instantaneamente preenchidos de sentidos ordinários, provocando um impacto negativo em sua imagem. Por conseguinte, um tratamento interno desigual por parte do comando que, envolvido com as demandas de forças responsáveis por mantê-lo no posto, não dispõe de energia suficiente para se indispor com as adversidades de trabalho advindas de diferentes setores, os quais se articulam com a RP no momento da atividade operacional.

No final deste trabalho, descobrimos, pelo menos no campo sociológico, que a RP do 2º Batalhão de Polícia Militar da Paraíba passou por um processo de modificação no que diz respeito ao seu lugar de visibilidade. Antes percebida como um policiamento forte e investido de autoridade, hoje é conceituada como uma tropa desprestigiada, sem voz e espaço na participação nas tomadas de decisões, quanto à sua forma de organizar-se. Os dispositivos que impulsionam tais deslocamentos entram em confluência no interior dos discursos, decretando um status de realidade ao universo da caserna.

ABSTRACT

Brazilian military police exports a repressive picture. The State's armed mobility is displayed by police cars on the street. Its appearance, from a distance, is just a massive social component by a hegemonic idea of an armed and well trained military police. However, by approaching the object, the hegemony idea falls apart. This paper aims to analyze Radio Patrol Second Military Police Battalion (2nd BPM-PB) when it comes to status changes, which were caused by a shift in its representativeness as a strong and positive design, biased in repressive and policing, to a reduced design, jeopardized by internal discourse from the corporation itself. Our paper seeks to understand which devices contributed to such changes. We seek to understand, though, inner and outer constraints that affected Radio Patrol's dignity. Thus, we heard some former soldiers and others who make part of Radio Patrol's staff, intending to realize leading traces to our chances certification. Main theoretical supports are grounded in sociologists Erving Goffman and Norbert Elias.

Keywords: Military Police. Radio Patrol. Interaction.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelho Ideológico do Estado**. São Paulo: Graal, 1998.

CECCHETO, Fátima. **Violência e estilos de masculinidade**. São Paulo: FGV, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: História da violência nas prisões**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**. São Paulo: LTC, 1998.

_____. **Ritual de interação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MINAYO, C. Souza. **Missão Investigar**: Entre o ideal e a realidade de ser policial. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

NIETZSCHE, Friedrich. **Para além do bem e do mal**. São Paulo: Martin Claret, 2001.